

Alerta Vigilante

Boletim do Sector da Vigilância do PCP

É preciso eleger mais deputados que representem os trabalhadores

O PCP e a CDU, há muito escolheram um lado nas diversas lutas. Ficámos do lado dos Vigilantes do Hospital Amadora-Sintra que trabalhavam para a Prossegur e que passaram por um despedimento ilegal devido ao limbo jurídico de uma transmissão de estabelecimento, dos Vigilantes da sede Ministério das Finanças da Securitas que estiveram em risco de um situação idêntica à anteriormente referida, estivemos ao lado do Eugénio Rego, vítima de repressão patronal, dos Vigilantes do Metro de Lisboa, confrontados com atropelos nos seus direitos: dos Vigilantes Portuários que não vêem reconhecida a sua categoria profissional. Estamos ao lado dos vigilantes da estática, anónimos e isolados, confrontados com salários baixos, empurrados para fazer muitas horas extra mal pagas (mesmo de acordo com o CCT), confrontados com o desrespeito pelos horários (escalas ilegais e desreguladas), desrespeito pelo trabalho (situações de repressão patronal), desrespeito pelos profissionais: não há categorias, subsídio de turno, subsídio de risco.

«O voto no dia 10 Março é uma forma de luta»

Denunciámos os abusos através do nosso boletim, o “Alerta Vigilante” e do nosso jornal “Avante!”. Para além disto, o PCP também interveio na Assembleia da

República, junto dos respectivos ministérios, especialmente do Ministério do Trabalho.

Os deputados do PCP na Assembleia da República questionaram o Governo PS



sobre a situação laboral nos diversos sectores, tal como na limpeza:

Legislatura anterior

Valorização dos Assistentes de Portos e Aeroportos - Portuários

Pergunta 1108/XV/1 2023-01-29

Situação de trabalhador da Vigiexpert vítima de assédio laboral

Pergunta 1066/XV/1 2023-01-19

Situação dos trabalhadores da Vigiexpert/ Noite e Dia ao serviço da DGEEC

Pergunta 10/XV/1 2022-04-06

Actual legislatura

Situação dos trabalhadores da vigilância do Metro de Lisboa

Pergunta 228/XIV/3 - 2021-11-09

Tentativa de despedimento de trabalhadores da vigilância no Ministério das Finanças

Pergunta 2523/XIV/2 2021-07-12

Situação dos trabalhadores da vigilância do Hospital Amadora-Sintra

Pergunta 1565/XIV/21 2021-03-10

(perguntas disponíveis na página da Assembleia da República).

O Voto no dia 10 de Março é uma forma de luta e protesto, mais votos na CDU e no PCP representam desde logo mais potencial de organização e mais deputados para intervir e defender os trabalhadores e as populações, mais votos significam uma correlação de forças mais favorável em defesa dos trabalhadores, mas acima de tudo representa um universo de trabalhadores mais esclarecidos sobre as nossas propostas e o nosso projecto de sociedade.

Têm de ser os trabalhadores a tomarem nas suas próprias mãos o projecto de transformação da sociedade.

Tal como um trabalhador da limpeza nos dizia: «é preciso meter na Assembleia da República mais deputados que representem os trabalhadores».

O PS, com maioria absoluta no governo, mostrou que governa para os patrões, numa política anti-popular, que deixa intocáveis os interesses destes.

As tão faladas contas certas significam incertezas na vida de quem trabalha e no final só servem os lucros escandalosos dos grupos económicos.

Tornou-se difícil ao PSD, Chega, IL e CDS-PP diferenciarem-se da política de direita prosseguida pelo PS.



POR TI, POR NÓS, A LUTA É O CAMINHO

MIGALHAS PARA OS VIGILANTES!

Há bastantes anos que o sector de actividade onde trabalhamos, a Vigilância, tem sido alvo de um enorme ataque aos salários, com a consequente perda de poder de compra, ataque aos direitos, assim como nos tem sido sucessivamente adiada a valorização e dignificação profissional a que se exige. É tempo de dizer BASTA ! Após as negociação Patrões/ Sindicatos, onde os valores em consideração pouco ultrapassam os 5% de aumento. Acresce o facto de o Patronato estar a aproveitar disposições governamentais que determinam que as empresas que assumam aumentos acima dos 5% têm direito a um “pacote” de ajudas fiscais, resultando que, de facto, quem assumirá o miserável aumento dos 5% somos todos os trabalhadores,

são os contribuintes. É do domínio público aquilo que têm sido os brutais aumentos do custo de vida, em todas as frentes, particularmente no campo da habitação, combustíveis e todos os outros produtos de primeira necessidade, mas cabe recordar que os valores da inflação apresentados estão bem abaixo do real uma vez que não incorporam o custo com a habitação própria (quando esta teve um exponencial aumento dos juros dos empréstimos bancários). Com o objectivo de sinalizar um valor referencial para o caminho da recuperação salarial em 2024, a CGTP apontou a necessidade de aumentos salariais de 15 %, não menos que 150 euros. Exige-se também, o aumento do subsídio de refeição, acabando com as desigualdades entre profissões.

A esta referência negocial acresce a absoluta necessidade da valorização profissional com expressão e incidência pecuniária. É este o quadro negocial porque devemos lutar, são estes os valores que exigimos. Não podemos cruzar os braços quando o que está à vista é o aprofundamento das nossas dificuldades, do nosso empobrecimento. Vamos encetar todas as formas de luta que assegurem a real melhoria dos salários. Com eleições para a Assembleia da República marcadas para 10 de Março, onde elegeremos Deputados para a Assembleia da Republica, o voto também é uma expressão de luta, na convicção de que com a CDU mais forte os trabalhadores estarão mais respeitados e defendidos.

Vigilantes da 2045 no Metro denunciam atropelos aos seus direitos

A empresa 2045 no Metro de Lisboa, é um bom (mau) exemplo do que são empresas de vigilância, o Metro que é conhecido como o local de castigo para os vigilantes de 2045. A prestação de serviços por parte de empresas da vigilância só serviu para precarizar o trabalho, sendo que existe uma categoria nos quadros do Metro para vigilantes, estes trabalhadores deveria ser contratados directamente.

o Metro é local sem luz do dia, sujeito a emissões tóxicas, e insalubre, para os trabalhadores do Metro há um subsídio específico devido às condições do trabalho, e no caso dos maquinistas têm inclusivo

redução de horário.

Mas na vigilância o cenário é bem diferente, o horário é muitas vezes superior às 173 horas mensais e o pagamento do trabalho extraordinário: para a 2045 e feito pelo valor da hora normal, assunto que o PCP já denunciou na Assembleia da República.

Denunciamos ainda a generalizada falta de condições nos balneários ou nas salas para os vigilantes; a falta do livro de composição de turnos, de escalas de serviço, e a não existência de mapa de férias. A acrescentar a todos estes problemas, no decorrer do ano 2023, houve muitos trabalhadores que se queixaram de atrasos no pagamento do subsídio de férias,

houve trabalhadores que aceitaram receber por férias não gozadas (Algo que é ilegal), e que se viram sem receber esse dinheiro. No final do ano houve atrasos no pagamento do subsídio de Natal. E pelo meio ainda se meteu uma transmissão de estabelecimento para a PSG, que acabou por não ocorrer em que a 2045 anunciou que não iria permitir a transmissão a nenhum dos seus trabalhadores. A 2045 tem práticas ilegais, tal como acabamos de descrever, mas está a utilizar os vigilantes como moeda de chantagem para conseguir o que quer junto da administração do Metro (ao não permitir a passagem para a PSG e deixando os vigilantes sem subsídio de natal no final do ano).

GREVE NA VIGILÂNCIA LUTA HÁ MUITO ESPERADA

Nos passados dias 19 e 20 de janeiro, decorreu uma greve marcada pela Associação Sindical da Segurança Privada (ASSP). o PCP esteve presente na concentração em Lisboa à frente da sede da ASIREF, associação patronal, no dia 19. Reivindicação justa e uma acção há muito esperada pelos



vigilantes. Os números da adesão à greve, de acordo com a ASSP, foram de 40%, parte disso, fica o simbolismo da acção, fica a ousadia do protesto.

Para o PCP é claro, as razões subjectivas estão lá todas, o descontentamento com as condições laborais do sector é grande.

É urgente ultrapassar as dificuldades características da profissão, para organizar os trabalhadores e avançar sem medos para a luta. vontade essa que também ficou bem expressa na quantidade de trabalhadores que afirmaram nos plenários do Sindicato dos Trabalhadores Diversos (STAD), que era preciso romper com os patrões na assinatura de acordos de migalhas e partir para a luta. Foram cerca de 21% de não ao acordo e cerca de 8% de abstenções. Reafirmamos que no terreno, nos postos as vozes de descontentamento são muitas mais.

50 ANOS

Viva a revolução de Abril Viva a liberdade e a dignidade!

Não podemos esquecer que à data do 25 de Abril de 1974:

- 52% dos alojamentos não tinham abastecimento de água;
- 53% não tinha energia eléctrica;
- 60% não tinha rede de esgotos;
- 67% não tinha instalações sanitárias;
- 25% dos portugueses viviam em locais que não respeitavam as mínimas condições de conforto, segurança, salubridade e privacidade.

Proliferavam os bairros da lata um pouco por todo o lado, os bairros degradados, as casas sobre ocupadas, era um país ao abandono.

O fascismo existiu e pôs o povo na penúria. Não queremos mais uma vez o fascismo! Mas ele espreita, os lobos vêm vestidos com pele de cordeiro, promessas não chegam!

Os partidos deram ou não deram provas

de ser fiéis a quem trabalha ou já trabalhou?

Já voltamos hoje a encontrar a “pobreza envergonhada”, a maioria do povo vive sem condições, nem salário, nem pensão, nem casa, nem saúde.

Mas os bancos têm de lucros de 12.000.000 de Euros por dia.

Se os sucessivos governos PS, PSD e CDS continuarem a querer agradar aos que mandam na União Europeia, aos grandes grupos económicos, ao mesmo tempo, resolver o que faz falta ao povo, **NÃO DÁ!**

Não se pode agradar a gregos e troianos! É preciso optar!

O PCP e a CDU há muito que fizeram a sua opção. O PCP e a CDU só terão força para conseguir entrar por uma nova política com o apoio dos trabalhadores e do povo.



**CONTROLO DAS RENDAS –
IMPEDIR AUMENTOS
ACIMA DE 0,43%
NOS CONTRATOS NOVOS
E EM VIGOR**

REJEITADA

Voto contra: PS, PSD, IL, Chega

PCP

A carência de habitação das famílias portuguesas é atroz, o número de pessoas a viver em condições de alojamento indigno ascende a mais de cem mil, e há que acrescentar os milhares de jovens que não conseguem ter acesso à habitação e todos aqueles os que, à mercê da desregulamentação do mercado de arrendamento ou do aumento das taxas de juro

HABITAÇÃO UM PROBLEMA NACIONAL

correm o risco de perder a casa.

Mais de um milhão e 300 mil famílias têm empréstimos de habitação e sentem o sufoco provocado pelos aumentos das taxas de juro (o décimo desde Julho do ano passado), decretados pelo BCE.

Ao mesmo tempo, a banca em Portugal bate todos os recordes de lucro: mais de 12.000.000 de euros por dia, com tendência a aumentar. Lucros obscenos alcançados pelos bancos à custa da miséria do povo português, através dos aumentos das prestações e cobrança imparável de taxas e comissões.

Propostas do PCP na Assembleia:

- A criação de um regime especial de proteção dos inquilinos, que limita o valor dos novos contratos;
- A criação de um regime especial de proteção da habitação própria, que coloque os lucros da banca a suportar o aumento das taxas de juro;
- O alargamento da oferta pública de habitação através da mobilização do património público para fins habitacionais.